

cidade	jornal	data veiculação
São Paulo	O Estado de São Paulo	18 Set 87
assunto		
2- Caderneta Habitacional		

## \* Subsídio para a casa própria, sugere Fórum

Buscar soluções para o problema habitacional brasileiro e estancar o déficit de dez milhões de moradias, sendo dois milhões apenas no Estado, como forma de proporcionar bem-estar aos trabalhadores, aumentando, conseqüentemente, sua produção. Segundo Luiz Antonio Clocchi, presidente da Associação Paulista de Administração de Recursos Humanos (Aparh), esse foi o objetivo do Fórum de Debates — Habitação, realizado pela entidade, ontem, em São Paulo, com apoio de O Estado.

Diante de um quadro considerado "preocupante", técnicos do setor lançaram várias propostas, entre as quais, o subsídio governamental no financiamento da casa própria, "essencial" para a sobrevivência humana. Adriano Branco, secretário estadual da Habitação, disse que São Paulo, "o Estado mais rico da União, tem 30% da sua população morando em submoradias". Somente na Capital, 7,5 milhões de pessoas (56%) habitam favelas e cortiços. Para o secretário, o surgimento do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), durante o governo Castello Branco, não foi suficiente para resolver o problema, pois "92% dos recursos foram destinados às famílias que ganham mais de cinco salários mínimos, não atendendo às necessidades da maioria da população".

Como solução, Branco diz que "é preciso acabar com a idéia de que a habitação é um negócio". Segundo o secretário, moradia é um bem essencial, e cabe ao Estado o subsídio dos juros. Ele ainda quer o uso do dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e das cadernetas de poupança no financiamento de moradias. "São Cz\$ 1,2 trilhão que,



Benedito Salgado

### Técnicos consideram quadro atual "preocupante"

atualmente, servem apenas para cobrir o déficit público, causado por empresas estatais. Esse dinheiro deve ser usado em benefício da população, que o arrecada."

Roberto Capuano, presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci), concorda com as soluções propostas por Branco. Segundo ele, "basta o governo deixar de privilegiar o produtor, que não tem interesse em trabalhar com a população de baixa renda, e financiar diretamente o consumidor". Citando o fato de que grande parte das pessoas economicamente ativas não ganha nem um salário mínimo, Capuano afirmou: "Realmente, morar é essencial. Por isso, é preciso que o governo subsidie esse sonho, essa necessidade". Para a classe média, "em acelerado processo de deterioração, pas-

sando a morar em favelas", Capuano quer a poupança habitacional com seis meses de carência, e não três anos como foi estipulado pelo governo.

José Antonio Azevedo, corretor de imóveis, disse que, no caso de conversão da dívida externa em capital, "o governo deveria colocar a indústria imobiliária como prioridade". Para Miguel Mauad, presidente do Secovi, o problema está na "ingerência política do governo no setor, que desorganiza e tutela, não atendendo às necessidades".

No início dos debates, Clocchi, presidente da Aparh, homenageou Francisco Mesquita Neto, diretor comercial de O Estado, e convidado de honra do Fórum, "pelo incentivo que O Estado tem dado à Aparh e ao setor de recursos humanos".

## Um debate sobre a crise de moradias

Representantes de inquilinos-proprietários discutiram ontem em São Paulo, possíveis propostas para resolver o problema da moradia, durante a realização do "Fórum de Debates Habitação", evento que contou com o apoio de O Estado. Todos concordaram que há escassez de investimentos no setor, que grande maioria da população está com poder aquisitivo achatado, sem condições de encarar um financiamento, e que o responsável pela crise na moradia mesmo o governo, ao insistir com medidas paliativas.

Hubert Gebara, presidente da Federação Nacional das Associações das Administradoras de Imóveis Condomínios (Fenadi), afirmou que sua entidade não protege locadores nem inquilinos, pois no mercado imobiliário "um depende do outro". Ele propôs a criação, pelo governo de um único índice como índice da economia e criticou "a interferência exagerada do governo no setor que acaba por afastar investidores tradicionais".

Para Gebara, a Lei do Inquilinato não precisa sofrer modificações radicais, mais importante seria a reativação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em sua plenitude com aumento de verbas para as linhas de financiamento: "A forma de financiar também deve ser democratizada para possibilitar o acesso à população de baixa renda".

A secretária-geral do Movimento Permanente dos Inquilinos Intraquilos, Maria Elisa Barbosa, afirmou que o momento é de repensar o Brasil. Em sua opinião só a construção em massa resolveria o problema da moradia: "Para isso, o governo poderia destinar 5% dos recursos da União para Cohabs e projetos populares em mutirão". Além disso, ela pediu a fixação de teto dos alugueiros "de acordo com o poder aquisitivo do inquilino".